



ENTIDADE DAS CONTAS E FINANCIAMENTOS POLÍTICOS

**Decisão da Entidade das Contas e
Financiamentos Políticos relativa
às Contas da Campanha Eleitoral
para a Eleição para Assembleia
da Região Autónoma dos Açores
2020, realizada em 25 de outubro
de 2020, apresentadas pelo
Partido Social Democrata**

PA 01/ALRAA/20/2020

janeiro/2025



Índice

Índice	1
Lista de siglas e abreviaturas.....	2
1. Introdução, apresentação da informação financeira e âmbito do trabalho de auditoria	3
2. Limitações ao âmbito dos trabalhos de auditoria, situações de impossibilidade de extração de conclusões, erros ou incumprimentos verificados relativamente às Contas de Campanha, identificados no Relatório da ECFP e reanalisados, atentos os elementos constantes do processo.	3
2.1. Deficiências no suporte documental de algumas despesas (Ponto 4.1. do Relatório da ECFP)	3
2.2. Despesas cujos valores são divergentes dos valores de mercado (Ponto 4.2. do Relatório da ECFP).....	7
3. Decisão	18



Lista de siglas e abreviaturas

ALRAA 2020	Eleição dos deputados à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, realizada em 25 de outubro de 2020
Candidatura	PSD – Partido Social Democrata
ECFP	Entidade das Contas e Financiamentos Políticos
IAS	Indexante dos apoios sociais (artigo 2.º, da Portaria n.º 27/2020, de 31 de janeiro)
Lei n.º 19/2003	Lei n.º 19/2003, de 20 de junho
LO n.º 2/2005	Lei Orgânica n.º 2/2005, de 10 de janeiro
Listagem n.º 2/2020	Listagem n.º 2/2020, de 20 de maio de 2020, publicada no Diário da República, 2.ª Série, n.º 117, de 18 de junho de 2020
PA	Procedimento de Apreciação de Contas de Campanha Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores em 25 de outubro de 2020 do Partido CDS – Partido Popular
PSD	PSD – Partido Social Democrata



1. Introdução, apresentação da informação financeira e âmbito do trabalho de auditoria

A ECFP concluiu a elaboração do Relatório previsto no n.º 1, do artigoº 41.º, da Lei Orgânica (LO) n.º 2/2005, a 05/06/2024, relativo às contas da campanha da eleição para a Assembleia da Região Autónoma dos Açores, realizada em 25 de outubro de 2020, apresentadas pelo **Partido Social Democrata**, daqui em diante designado por **PSD**, ou apenas por **Candidatura**. Nesse seguimento, a Candidatura foi notificada nos termos e para os efeitos previstos no n.º 2 da mesma disposição legal, tendo exercido o seu direito de pronúncia.

Atento o procedimento previsto na LO 2/2005, cumpre proferir a decisão final no mesmo, nos termos do artigo 43.º do citado diploma, na redação que lhe foi dada pela LO 1/2018.

Ao nível da informação financeira e do âmbito do trabalho de auditoria, objeto de relato no ponto 4. do Relatório da ECFP, remete-se para a mesma (art.º 153.º, n.º 1, 2.ª parte, do CPA), dado que as situações ali descritas ou não são controvertidas ou, sendo controvertidas, serão analisadas infra por referência ao ponto 4. do mesmo Relatório.

2. Limitações ao âmbito dos trabalhos de auditoria, situações de impossibilidade de extração de conclusões, erros ou incumprimentos verificados relativamente às Contas de Campanha, identificados no Relatório da ECFP e reanalisados, atentos os elementos constantes do processo.

2.1. Deficiências no suporte documental de algumas despesas (Ponto 4.1. do Relatório da ECFP)

Atento o disposto no artigo 12.º, n.ºs 1 e 2, da Lei n.º 19/2003, aplicável ex vi artigo 15.º, n.º 1, do mesmo diploma, nas campanhas eleitorais existe um dever genérico de organização contabilística por forma a que a contabilidade reflita, designadamente, as suas receitas e despesas, implicando tal dever que a documentação de suporte evidencie adequadamente a realidade que pretende ser retratada. Acresce que, de acordo com a alínea c) do n.º 3 do mencionado artigo, tais despesas devem encontrar-se devidamente discriminadas.



Do n.º 1 do artigo 19.º da Lei n.º 19/2003 resulta que são despesas de campanha aquelas que sejam efetuadas pelas candidaturas, com intuito ou benefício eleitoral, dentro dos seis meses imediatamente anteriores à data do ato eleitoral respetivo, as quais deverão ser suportadas por documento certificativo, nos termos do n.º 2 do mencionado preceito legal.

Em consonância com o exposto, extrai-se que somente na presença do suporte documental se podem, em princípio, ter como comprovadas as despesas efetivamente realizadas.

No caso vertente, a Candidatura registou no “ANEXO IX – Demonstração dos resultados de campanha à data do fecho de contas da campanha eleitoral” e no “Mapa M7: Conta – Despesas de Campanha – Propaganda, comunicação impressa e digital” (cfr. fls. 33 e 49 do PA) despesas com os descritivos “8.204 Infomail distribuído São Jorge + Vila Franca Campo” e “64.506 Infomail + 3.600 Correio contacto”, suportadas pelas faturas e cheques constantes de fls. 120 a 128 do PA.

O suporte documental das despesas supra identificadas não contempla a indicação da gramagem dos *Infomails* adquiridos, situação que representa uma inadequada organização contabilística, configurando, por isso, uma violação do artigo 12.º, n.ºs 1 e 2, aplicável ex vi artigo 15.º, n.º 1, da Lei n.º 19/2003.

Em sede de exercício do direito ao contraditório, foi referido pela Candidatura e junta documentação (cfr fls. 177 a 229 do PA):

4.1 - Deficiências no suporte documental de algumas despesas

O registo no Mapa 7: Despesas de Campanha - Propaganda, comunicação impressa e digital com o descritivo "8204 - Infomail distribuído em São Jorge + Vila Franca do Campo" e "64506 Infomail + 3600 Correio Contacto" corresponde ao seguinte material distribuído:

- 3690 unidades de Desdobrável "Infomail S. Jorge" - A4 aberto, impressão 4/4 cores, **em papel couché gloss 90grs** com duas dobras - adquirido à Nova Gráfica Lda pelo documento com o número 14A/20201207, de 22-09-2020 e distribuído pelos CTT Contacto SA, nos concelhos de Velas e Calheta, tendo sido faturado pelo documento com o número ZFP0001/0510012383, de 30-09-2020;

- 4514 unidades do Desdobrável "Açores - Ilhas - São Miguel" no formato 50.5x21cm aberto, impressão 4/4 cores, **em papel couché gloss 135grs** com duas dobras - adquirido à Nova Gráfica Lda pelo documento com o número 14A/20201310, de 08-10-2020 e distribuído pelos CTT Contacto SA no concelho de Vila



Franca do Campo tendo sido faturado pelo documento com o número ZFP0001/0510012383, de 30-09-2020;

- 29100 unidades do Desdobrável "Açores - Ilhas - São Miguel" no formato 50.5x21cm aberto, impressão 4/4 cores, **em papel couché gloss 135grs** com duas dobras - adquirido à Nova Gráfica Lda pelo documento com o número 14A/20201310, de 08-10- 2020 e distribuído pelos CTT Contacto SA no concelho de Ponta Delgada tendo sido faturado pelo documento com o número ZFP0001/0510012520, de 31-10-2020;

- 2077 unidades do Desdobrável "Açores - Ilhas - São Miguel" no formato 50.5x21cm aberto, impressão 4/4 cores, **em papel couché gloss 135grs** com duas dobras - adquirido à Nova Gráfica Lda pelo documento com o número 14A/20201310, de 08-10- 2020 e distribuído pelos CTT Contacto SA no concelho de Nordeste tendo sido faturado pelo documento com o número ZFP0001/0510012520, de 31-10-2020;

- 3600 unidades do Desdobrável "Açores - Ilhas - São Jorge" no formato 50.5x21cm aberto, impressão 4/4 cores, **em papel couché gloss 135grs** com duas dobras - adquirido à Nova Gráfica Lda pelo documento com o número 14A/20201310, de 08-10- 2020 e distribuído pelos CTT Contacto SA no concelho de Velas e Calheta tendo sido faturado pelo documento com o número ZFP0001/0510012520, de 31-10-2020;

- 1592 unidades do Desdobrável "Açores - Ilhas - Pico" no formato 50.5x21cm aberto, impressão 4/4 cores, **em papel couché gloss 135grs** com duas dobras - adquirido à Nova Gráfica Lda pelo documento com o número 14A/20201310, de 08-10-2020 e distribuído pelos CTT Contacto SA no concelho de São Roque do Pico tendo sido faturado pelo documento com o número ZFP0001/0510012520, de 31-10-2020;

- 2736 unidades do Desdobrável "Açores - Ilhas - São Miguel" no formato 50.5x21cm aberto, impressão 4/4 cores, **em papel couché gloss 135grs** com duas dobras - adquirido à Nova Gráfica Lda pelo documento com o número 14A/20201310, de 08-10- 2020 e distribuído pelos CTT Contacto SA no concelho de Povoação tendo sido faturado pelo documento com o número ZFP0001/0510012520, de 31-10-2020;

- 6155 unidades do Desdobrável "Açores - Ilhas - Faial" no formato 50.5x21cm aberto, impressão 4/4 cores, **em papel couché gloss 135grs** com duas dobras - adquirido à Nova Gráfica Lda pelo documento com o número 14A/20201310, de 08-10-2020 e distribuído pelos CTT Contacto SA no concelho de Horta tendo sido faturado pelo documento com o número ZFP0001/0510012520, de 31-10-2020;

- 22846 unidades do Desdobrável "Açores - Ilhas - Terceira" no formato 50.5x21cm aberto, impressão 4/4 cores, **em papel couché gloss 135grs** com duas dobras - adquirido à Nova Gráfica Lda pelo documento com o número 14A/20201310, de 08-10- 2020 e distribuído pelos CTT Contacto SA nos concelhos de Angra do Heroísmo e Praia da Vitória tendo sido faturado pelo documento com o número ZFP0001/0510012520, de 31-10-2020.

Remetemos em anexo:

1. Faturas n.º 14A/20201310, de 08-10-2020 e 14A/20201207, de 22-09-2020, do fornecedor Nova Gráfica Lda, com a aquisição da impressão do material distribuído, com a informação da gramagem;



2. Faturas n.º ZFP0001/0510012383, de 30-09-2020, e ZFP0001/0510012520 de 31-10-2020, com os serviços de distribuição de infomail, contendo o descritivo completo da fatura ZFP0001/0510012520, que por lapso no envio da documentação, não tinha sido remetido para análise;

3. Base de Dados de Correio Não Endereçado e Infomail (2020) dos CTT, com a indicação dos números de domicílios na Região Autónoma dos Açores, que pode ser usado como meio de referência para aferir os concelhos destinatários das distribuições.

Deste modo, estão suficientemente demonstrados e identificados os elementos factuais que permitem afastar a designada "incompletude da documentação de suporte", cf. pg. 7, ainda que sem se conceder quanto à natureza desta interpretação que, salvo o devido respeito, não resulta das normas legais citadas, como alegadamente violadas. Na verdade, nem o artigo 15.º, n.º 1, nem o artigo 12.º, nos 1 e 2 citados - como fonte normativa da alegada infracção - determinam que os partidos e as forças políticas façam esta identificação - diremos, minuciosa - da gramagem do papel utilizado nos suportes em causa. Além disso, as normas dos nos 1 e 2 do artigo 12.º, da Lei n.º 19/2003, de 20 de Junho cobrem diferentes situações fácticas, não bastando a sua invocação genérica para preencher a imputação típica da alegada infracção.

Apreciação do alegado pela Candidatura:

No exercício do seu direito de resposta, a Candidatura alegou que, não decorre do artigo 12.º, n.ºs 1 e 2 ex vi n.º 1, do artigo 15.º, da Lei n.º 19/2003, a obrigatoriedade de os partidos fazerem a identificação minuciosa das despesas de campanha. Ainda assim, veio remeter diversos documentos (cfr. fls. 177 a 199 do PA).

Antes de mais, salienta-se que não assiste razão à alegação supra. Efetivamente, para que a ECFP possa, como é, designadamente, sua competência, nos termos do n.º 2 do artigo 9.º da Lei Orgânica n.º 2/2005, proceder ao cotejo dos valores das despesas efetuadas pelo Partido com os preços praticados no mercado, pelo que é necessário que a estas subjaza documentação de suporte que detalhe os elementos indispensáveis à aferição da razoabilidade dos preços cobrados, permitindo, assim, a comparação com os valores constantes da Listagem n.º 2/2020, publicada no *Diário da República*, II Série, n.º 117, de 18 de junho.

Ora, no que respeita, em concreto, às irregularidades identificadas no ponto 2.1., em sede de contraditório, a Candidatura remeteu o suporte documental das despesas relacionadas com a aquisição do material distribuído, no qual consta a indicação da gramagem dos *Infomails* adquiridos (cfr. fls 182 a 199), informação que permite aferir se o preço dos serviços adquiridos se situa ou não dentro dos intervalos da Listagem n.º 2/2020, e se em consequência corresponde



ao valor, indicativo, de mercado, não resultando evidências que levem a questionar a razoabilidade do preço dos serviços adquiridos.

Assim, face à apresentação de novos documentos de suporte à prestação de contas, que permitem completar os descritivos dos serviços/bens adquiridos, consideram-se sanadas as irregularidades identificadas no relatório inicial da ECFP, quanto à violação do artigo 12.º, n.ºs 1 e 2, aplicável ex vi artigo 15.º, n.º 1, da Lei n.º 19/2003.

2.2. Despesas cujos valores são divergentes dos valores de mercado (Ponto 4.2. do Relatório da ECFP)

Atento o disposto no artigo 12.º, n.ºs 1 e 2, aplicável ex vi n.º 1, do artigo 15.º, da Lei n.º 19/2003, nas campanhas eleitorais existe um dever genérico de organização contabilística, por forma a que a contabilidade reflita, designadamente, as suas receitas e despesas.

Do n.º 1 do artigo 19.º da Lei n.º 19/2003 resulta que são despesas de campanha aquelas que sejam efetuadas pelas candidaturas, com intuito ou benefício eleitoral, dentro dos seis meses imediatamente anteriores à data do ato eleitoral respetivo.

Tais despesas devem respeitar os valores de mercado, definidos nos termos do n.º 5, do artigo 24.º, da Lei n.º 19/2003, através da publicação, pela ECFP, de uma lista indicativa do valor dos principais meios de campanha, sendo que a fiscalização a que se refere este artigo respeita quer às contas dos partidos políticos quer às contas das campanhas eleitorais (cfr. n.º 1, do artigo 24.º, da Lei n.º 19/2003).

Feito este enquadramento, para que se possa proceder ao cotejo dos valores das despesas efetuadas pelo Partido e os preços praticados no mercado é necessário, como referido supra, que, a estas, subjaza documentação de suporte que detalhe os elementos indispensáveis à aferição da razoabilidade dos preços cobrados, permitindo, assim, a comparação com os valores contantes da Listagem n.º 2/2020, publicada em Diário da República, II Série, n.º 117, de 18 de junho.



In casu, verificou-se que a Candidatura registou nas contas apresentadas as seguintes despesas cujo valor diverge dos montantes existentes nos intervalos de valores da Listagem n.º 2/2020:

Tipo de despesa	Fornecedor	N.º Doc.	Data	Montante	Descritivo detalhado	Preços unitários Listagem n.º 2/2020 (s/IVA)
Conceção	Consulmark	2020/32	14/09/2020	15.436,50€	Sondagem Açores 2020, 8 a 10 min, 650 a 800 entrevistas, 12.550,00€	Conceção de campanha e estudos de mercado, sondagens, entrevistas telefónicas, entre 5 e 10 min, entre 500 e 1000 entrevistas, preço entre 7.500,00€ e 12.000,00€
Brindes	A. Silva, Lda	0120/1424	07/08/2020	8.425,50€	Bandeira PSD 50x70cm, 5.000 un. e Bandeira dos Açores PSD 5.000 un., 0,67€/un.	Propaganda e comunicação de imprensa, bandeiras, de 30x20cm a 50x70cm, entre 13,48€/un. e 2,31€/un.
Comícios	Rego Costa e Tavares, Lda	628319	16/10/2020	1.840,80€	Aluguer 1 viatura, VW Caravelle, 9 lugares, 14.09.2020 a 23.10.2020, 39 dias, 84-QZ-61, São Jorge, 40,00€/dia	Comício, meios de transporte, veículos ligeiros acima de 7 lugares (preço dia), entre 152,03€ e 50,00€
Comícios	Rego Costa e Tavares, Lda	628322	16/10/2020	613,60€	Aluguer 1 viatura, Renault Trafic, 9 lugares, 10.09.2020 a 23.10.2020, 13 dias, 31-RM-93, Flores, 40,00€/dia	Comício, meios de transporte, veículos ligeiros acima de 7 lugares (preço dia), entre 152,03€ e 50,00€
Comícios	Magic Islnds rent-a-car Unipessoal, Lda	2020/20	28/08/2020	800,00€	Aluguer 1 viatura, 9 lugares, 60 dias, 83-ZO-06, Ponta Delgada, 13,30€/dia	Comício, meios de transporte, veículos ligeiros acima de 7 lugares (preço dia), entre 152,03€ e 50,00€
Comícios	Magic Islnds rent-a-car Unipessoal, Lda	2020/20	28/08/2020	800,00€	Aluguer 1 viatura, 9 lugares, 60 dias, AA-80-QJ, Ribeira Grande, 13,30€/dia	Comício, meios de transporte, veículos ligeiros acima de 7 lugares (preço dia), entre 152,03€ e 50,00€
Comícios	Magic Islnds rent-a-car Unipessoal, Lda	2020/20	28/08/2020	800,00€	Aluguer 1 viatura, 7 lugares, 60 dias, 33-VU-00, Lagoa, 13,30€/dia	Comício, meios de transporte, veículos ligeiros até de 7 lugares (preço dia), entre 162,03€ e 19,69€
Comícios	Magic Islnds rent-a-car Unipessoal, Lda	2020/20	28/08/2020	800,00€	Aluguer 1 viatura, 7 lugares, 60 dias, 78-XJ-96, Nordeste, 13,30€/dia	Comício, meios de transporte, veículos ligeiros até de 7 lugares (preço dia), entre 162,03€ e 19,69€
Propaganda	CTT Contacto	0001/0510012401	30/09/2020	298,58€	8.204 Infomail distribuído São Jorge + Vila Franca Campo, preço por milheiro de 39,55€	Conceção de campanha e estudos de mercado, Infomail - Distribuição de correio não endereçado (preço por milheiro), Ilhas: Até 30g, entre 50,20€ e 40,00€

A. Registo nas contas de despesas de valor superior aos valores identificados na Listagem:

- i. Registo de despesa no “Mapa M6: Conta – Despesas de Campanha – Conceção da campanha, agências de comunicação e estudos de mercado” (cfr. fls. 48 do PA), com o descritivo “Sondagem Açores 2020”, suportada pela fatura “FA 2020/32”, com data de 14/09/2020 e respetiva proposta financeira (cfr. fls. 152 a 154, ambas do PA), com um valor que se encontra acima do limite máximo, do



intervalo de valores existente na Listagem n.º 2/2020 para este meio de campanha.

B. Registo nas contas de despesas de valor inferior aos valores identificados na Listagem:

- i. Registo de despesa no “Mapa M10: Conta – Despesas de Campanha – Brindes e outras ofertas” (cfr. fls. 56 do PA), suportada pela fatura “FT 0120/1424”, com data de 07/08/2020, com o descritivo “5.000 BANDEIRAS PSD 50x70cm, 5.000 HASTE P/BANDEIRA 16*750, 5.000 BANDEIRA DOS AÇORES 50X70cm, 5.000 HASTE P/BANDEIRA 16*750, 1.000 HASTE P/BANDEIRA 16*750”, no valor total de 8.425,50€ (cfr. fls. 133 do PA).

Da comparação com a Listagem n.º 2/2020, do capítulo “II – Propaganda e Comunicação Impressa”, ponto “2 – Bandeiras”, suponto “2.1 – De 30 x 20 cm a 50 x 70 cm”, extrai-se que o valor unitário das bandeiras adquiridas se encontra 1,64€ abaixo do limite mínimo estipulado;

- ii. Registo de despesas no “Mapa M9: Conta – Despesas de Campanha – Comícios, espetáculos e caravanas” (cfr. fls. 52 do PA), suportadas pelas faturas “0000628319” e “0000628322”, ambas datadas de 16/10/2020, no valor de 1.840,80€ e de 613,60€, cujos descritivos contêm informação quanto ao aluguer de uma viatura por 39 dias, com a matrícula “84-QZ-61”, na estação de “São Jorge”, e de uma viatura por 13 dias, com a matrícula “31-RM-93”, na estação de “Flores” (cfr. fls. 131 e 132 do PA).

Do capítulo “IV – Comícios, espetáculos e caravanas”, ponto “5 – Meios de transporte:”, subponto “5.1 – Veículos ligeiros de transporte de passageiros – Acima de 7 de lugares”, da Listagem n.º 2/2020, resulta que o valor mínimo de mercado para o aluguer de veículo acima de 7 lugares é de 50,00€.

Assim, o preço diário pago pelo aluguer das duas viaturas de passageiros, no valor de 40,00€, encontra-se abaixo do limite mínimo suprarreferido;



iii. Registo de despesas no “Mapa M9: Conta – Despesas de Campanha – Comícios, espetáculos e caravanas” (cfr. fls. 52 do PA), com os descritivos a seguir documentados, e suportadas pela “FT 2020/20”, com data de 16/09/2020, no valor total de 3.200,00€ (cfr. fls. 130 do PA):

- i. “1 viatura 9 lugares 01-09-2020 a 23-10-2020 – Ponta Delgada”;
- ii. “1 viatura 9 lugares 01-09-2020 a 23-10-2020 – Ribeira Grande”;
- iii. “1 viatura 7 lugares 01-09-2020 a 23-10-2020 - Lagoa”, e;
- iv. “1 viatura 7 lugares 01-09-2020 a 23-10-2020 - Nordeste”.

Da comparação com a Listagem indicativa n.º 2/2020, do capítulo “IV – Comícios, espetáculos e caravanas”, ponto “5 – Meios de transporte:”, subponto “5.1 – Veículos ligeiros de transporte de passageiros”, extrai-se que o valor pago de 13,33€/dia é inferior ao limite mínimo do intervalo de valores existente para este meio de campanha, como identificado no quadro.

iv. Registo de despesas no “Mapa M7: Conta – Despesas de Campanha Propaganda comunicação impressa e digital” (cfr. fls. 49 do PA), suportada pela fatura “0001/0510012401”, datada de 30/09/2020, no valor de 298,58€, com o descritivo “3690 Qtd. 6 gr.; 4514 Qtd., 14 gr./ Serviços” (cfr. fls. 123, 124 e 126 do PA).

Da comparação com a Listagem indicativa n.º 2/2020, do capítulo “II - Propaganda e Comunicação Impressa: ponto 3 – Infomail – Distribuição de correio não endereçado (preço por milheiro): subponto 3.2.1. Ilhas: Até 30g”, extrai-se que o valor pago de 35,50€ por milheiro é inferior ao limite mínimo do intervalo de valores existente para este meio de campanha, como identificado no quadro em cima.



A lista de valores de referência dos principais meios de campanha tem natureza “indicativa” (artigos 20.º, n.º 2, alínea a) e 21.º, n.º 1, alínea a), da Lei Orgânica n.º 2/2005), podendo qualquer desconformidade com a mesma ser afastada mediante a apresentação de elementos complementares idóneos a *comprovar* que aquela concreta despesa no seio do mercado em que se insere, ou pelas suas particulares especificidades, se afigura como razoável. Tal demonstração pode ser efetuada, designadamente através de solicitação de orçamentos ou recolha de informação junto de fornecedores diversos.

Note-se que, segundo a mais recente jurisprudência do Tribunal Constitucional nesta matéria, os valores unitários que se encontrem abaixo do limite mínimo constante da Listagem n.º 2/2020, ou seja, a diferença entre o valor de aquisição e o valor de referência de mercado, representam uma receita não prevista no artigo 16.º, n.º 1, do mesmo diploma. E os valores unitários que se encontrem acima do limite máximo constante da Listagem n.º 2/2020, ou seja, o seu excesso, resultante da diferença entre o valor de aquisição e o valor de referência de mercado e sempre que não tenha sido demonstrada a existência de razões que permitam impugnar/afastar essa divergência, não correspondem a uma despesa de campanha eleitoral nos termos do artigo 19.º, n.º 1, do mesmo diploma (cfr., por todos, o Acórdão n.º 509/2023, de 18 de julho).

Em sede de exercício do direito ao contraditório, foi referido pela Candidatura:

4.2 - Despesas cujos valores são divergentes dos valores de mercado

4.2A1 - Fornecedor "Consulmark"

A realização de estudo de opinião "Açores 2020" pelo prestador de serviço identificado teve as seguintes características:

- *Entrevista de 10 minutos;*
- *1050 entrevistas*

Ao abrigo do previsto na listagem 2/2020, o valor de referência para a prestação deste serviço, a partir de 10 minutos, tem como limite mínimo 12.000€ (doze mil euros) e 17.000€ (dezassete mil euros), encontrando-se o valor da fatura 2020/32, dentro deste intervalo.

Remetemos em anexo o orçamento de prestação de serviços apresentado pelo fornecedor, comprovando o acima descrito.

4.2B1 - Fornecedor "A Silva Lda"



Ao abrigo do previsto nos artigos 20.º, n.º2, alínea a) e 21.º, n.º 1 alínea a), da Lei Orgânica n.º 2/2005, remetemos em anexo os três orçamentos, resultantes de consulta ao mercado, que comprova que, esta despesa, no seio do mercado em que se insere, se afigura como razoável, tendo sido adjudicada ao fornecedor que apresentou a proposta mais vantajosa financeiramente.

4.2B2 - Fornecedores "Rego Costa e Tavares Lda" e "Magic Islands Rent-a-Car Unipessoal Lda"

Ambos os fornecedores identificados são prestadores de serviço de aluguer de viaturas com ou sem condutor.

O ato eleitoral, agora alvo da análise da Entidade das Contas e Financiamento Políticos, decorreu durante o ano de 2020, profundamente afetado pela pandemia por COVID19, que levou à paragem quase completa de toda a atividade de turismo nos Açores, incluindo naturalmente, as empresas de aluguer de viaturas.

A situação de pandemia provocou no sector do aluguer de viaturas uma brutal redução de preços - facto público e notório - em resultado de uma quebra de procura de cerca de 60% e de uma redução das frotas, em consequência da diminuição da procura, com prejuízos de 445 milhões de euros, como resulta, por exemplo do estudo da D&B, citado na notícia cujo link se indica: <https://www.jornaldenegocios.pt/empresas/automovel/detalhe/aluguer-de-automoveis-trava-60-no-ano-da-pandemia>.

Assim, foi possível assegurar, durante essa campanha, a contratação de serviços de aluguer de automóveis sem condutor por valores que, de outra forma, seriam considerados divergentes dos valores de mercado.

Isto é, os valores efetivamente pagos pelo PSD correspondem aos valores praticados pelo mercado, num contexto de crise, em consequência da pandemia por SARS-COV 2, que determinou um arrefecimento da procura e uma consequente e inevitável redução dos preços do aluguer de viaturas.

Para além disso, interessa destacar que a pequenez do mercado das ilhas dos Açores e as limitações à circulação de pessoas por via aérea que ainda vigoravam na altura da realização deste ato eleitoral contribuíram para a quebra da procura e para a redução dos preços de aluguer de viaturas.

Enviamos em anexo três orçamentos das consultas de mercado efetuadas à data e que atestam o descrito acima, comprovando que o preço destas aquisições corresponde ao preço de mercado à data, fruto da paragem quase completa deste setor económico durante a pandemia por COVID19.

4.2B3 - Fornecedor "CTT Contacto SA"

O fornecedor identificado detém o monopólio da prestação deste serviço — distribuição de infomail - na generalidade das ilhas Açorianas (com exceção feita à ilha de São Miguel). A candidatura do Partido Social Democrata utiliza os serviços dos CTT Contacto SA por este motivo, como de resto, fazem a generalidade das candidaturas nos Açores.

Os preços agora identificados pela ECFP correspondem aos valores públicos para a distribuição de infomail e/ou correio direto, utilizado por todos os partidos nos Açores, deitando por terra qualquer suspeita relativa ao favorecimento de uma candidatura, motivo que levou à criação da Listagem n.º 2/2020.



Adicionalmente, remete-se a v/ excelência os preços apresentados ao Partido Social Democrata durante as eleições autárquicas de 2021 (menos de um ano depois do ato eleitoral agora analisado) e que acentuam ainda mais a diferença entre os intervalos da Listagem n.º 2/2020 e os preços praticados por este fornecedor.

Assim, não podemos deixar de considerar que ao abrigo do previsto nos artigos 20.º-, n.º2, alínea a) e 21.º, n.º 1 alínea a), da Lei Orgânica n.º2/2005, estes valores correspondem ao preço de mercado, afigurando-se como razoável (em situação de monopólio) sejam considerados admissíveis.

Em face do que se demonstra e alega neste contraditório, devem os factos e alegações ser tidos em consideração, julgando-se demonstradas as alegadas inconformidades ou a "incompletude" de documentação de suporte, bem como justificados os preços pagos.

Apreciação do alegado pela Candidatura:

Em sede de exercício do direito ao contraditório, a Candidatura veio remeter diversos documentos (cfr. fls. 200 a 229, do PA).

No que respeita às irregularidades identificadas no ponto 2.2., em sede de contraditório, importa apreciar as alegações produzidas:

2.2.A.i) A Candidatura alega que, com base na Listagem n.º 2/2020, publicada em Diário da República, II Série, n.º 117, de 18 de junho, o valor de referência, para sondagens com estas características, encontra-se no intervalo de preços entre 12.000,00€ e 17.000,00€, concluindo que o valor da despesa registada se encontra dentro desse intervalo;

Remeteram Orçamento de prestação de serviços emitido pelo fornecedor “Consulmark, Lda.” (cfr. fls. 201 a 206), para recolha de dados através da realização de **1050 entrevistas** telefónicas (CATI), com uma duração estimada do questionário de 10 minutos.

Da análise da documentação (Orçamento) enviada pela Candidatura em sede de contraditório, verifica-se que a proposta financeira que suporta a fatura “FA 2020/32” com o descritivo “Sondagem Açores 2020” (cfr. fls. 200 a 206, do PA), com data de 14/09/2020, difere da entregue inicialmente pela Candidatura, quer no âmbito dos serviços prestados, quer na identificação do fornecedor dos serviços (cfr. fls. 152 a 154, do PA), situação que se estranha, mas que se admite corresponda a um lapso da Candidatura na remessa da documentação aos auditores. Na



momento da prestação de contas foi enviada pela Candidatura a proposta da empresa (Multidados - Consultoria e Tratamento Estatístico de Dados, Lda., com NIF , e sede em Rua de Angola, Nº 26 - Força 3800-008, Aveiro, para a prestação de serviços de sondagens regionais Açores 2020, com a duração entre 8 e 10 minutos, para a realização de 650 ou 800 entrevistas), a qual é diferente daquela que juntou agora em sede de contraditório e que veio a prestar os serviços (Consulmark 2, Estudos de Mercado e Trabalho de Campo, Lda., com NIF , e sede em Avenida Miguel Bombarda, Nº 1, 5º Direito 1000-207, Lisboa, para a prestação de serviços de sondagens regionais Açores 2020, com a duração estimada de 10 minutos, para a realização de 1050 entrevistas), estando ambas empresas credenciadas para a realização de sondagens, pela Entidade Reguladora para a Comunicação Social (ERC).

Tendo em consideração que, na proposta enviada em sede de contraditório e que será tida em conta como a empresa que prestou o serviço, consta que a duração estimada para a realização das 1050 entrevistas é de 10 minutos (cfr. fls. 201 do PA). Esta duração corresponde, simultaneamente, ao limite superior e inferior dos intervalos “entre 5 e 10 minutos”, e “entre 10 e 15 minutos”, respetivamente, da Listagem n.º 2/2020. Inexistindo evidências que permitam comprovar que a duração média das entrevistas tenha sido inferior a 10 minutos, situa-se, assim, no intervalo superior, encontrando-se desta forma, sanada a irregularidade identificada.

2.2.B.i) Em sede de contraditório, o PSD alegou que, com base na consulta de mercado efetuada, esta despesa se afigura como razoável, tendo sido adjudicada ao fornecedor que apresentou a proposta mais vantajosa financeiramente e juntou documentação.

Vieram juntar Orçamento para a aquisição de 10.000 (dez mil) bandeiras emitido pelo fornecedor “A. Silva, Lda.”, à qual veio a ser adjudicada a aquisição, em 08/07/2020, onde consta o preço unitário de 0,67€ (cfr. fls. 207 do PA). A Candidatura juntou outros dois orçamentos, emitidos pelos fornecedores “Ultimagem – Fotografia e Com. Gráfica, Unip., Lda.”, em 24/07/2020 (cfr. fls. 208, do PA) e “Accional – Publicidade e Comunicação Visual, Lda.”, em 26/05/2021 (cfr. fls. 209 e 210, do PA), dos quais constam, respetivamente, preços unitários das bandeiras de 1,80€ e 4,84€. Ora, nos termos da Listagem n.º 2/2020, o valor de mercado do



material de propaganda, com estas características, encontra-se no intervalo de preços por unidade entre 2,31€ e 13,48€.

Assim, apesar de a lista de valores de referência dos principais meios de campanha ter natureza “indicativa”, podendo qualquer desconformidade com a mesma ser afastada mediante a apresentação de elementos complementares idóneos a comprovar que aquela concreta despesa no seio do mercado em que se insere, se afigura como razoável, através nomeadamente de solicitação de orçamentos ou recolha de informação junto de fornecedores diversos, os meios de prova apresentados em sede de contraditório: dois orçamentos adicionais, um com valores também abaixo do limite mínimo da listagem (cfr. fls. 208 do PA), e outro dentro do intervalo da listagem, mas obtido 7 meses depois da realização do ato eleitoral (cfr. fls. 209 e 210 do PA) consideram-se insuficientes para afastar a presunção decorrente da Listagem 2/2020.

Face ao exposto, mantém-se a irregularidade apurada, no sentido de que a diferença entre o valor de aquisição e o valor de referência do mercado da situação identificada (2.2.B.i), representa uma receita em violação da previsão do n.º 1, do artigo 16.º da Lei n.º 19/2003.

2.2.B.ii) A Candidatura, em sede de contraditório, veio juntar orçamento (na forma de Fatura pró-forma) para o aluguer de quatro viaturas, duas com 9 (nove) lugares e duas com 7 (sete) lugares, emitido pelo fornecedor “Magic Islands Rent-a-Car Unipessoal, Lda.”, com data de 27/08/2020, do qual consta o preço diário de 12,9032€ por viatura (cfr. fls. 211, do PA), empresa que viria a ser escolhida para fornecer os serviços de aluguer, faturados através da fatura FT 2020/20, emitida em 16/09/2020, no valor de 3.200€, mantendo o mesmo valor final, apesar de haver diferenças no número de dias de aluguer entre os dois documentos, e orçamento emitido pelo fornecedor “Ilha Verde Rent a Car Azores”, com data de 24/08/2020 (cfr. fls. 212 do PA), para o aluguer de viaturas de 5, 7 e 9 lugares, do qual consta o preço base diário de 50,00€, para viaturas de 7 lugares, e de 40,00€, para viaturas de 9 lugares, empresa que viria a ser escolhida para fornecer os serviços de aluguer faturados através das faturas “0000628319” e “0000628322”, ambas datadas de 16/10/2020, no valor de 1.840,80€ e de 613,60€. Adicionalmente, a Candidatura partilhou mais um orçamento emitido pelo fornecedor “Autatlantis Rent a Car”, com data de 21/08/2020 (cfr. fls. 213 do PA), do qual consta o preço



diário pelo aluguer de uma viatura de 9 (nove) lugares de 43,00€/dia (cfr. fls 211 a 213 do PA).

Em síntese, a documentação apresentada pela candidatura, desconsiderando a proposta da empresa Magic Islands conforme *infra* se explanará, permite aferir que o preço diário de aluguer de viaturas de 7 lugares se situa nos 50€, e de viaturas de 9 lugares entre 40,00€ e 43,00€.

Ora, com base na Listagem n.º 2/2020, o valor, indicativo, de mercado para os meios de transporte, com estas características, encontra-se para viaturas até 7 lugares, no intervalo de preço por dia, entre 19,69€ e 162,76€, e, ao mês, entre 472,51€ e 2.925,60€ (o que representa um valor diário entre 15,75€ e 97,52€), e para viaturas acima de 7 lugares, no intervalo de preço por dia, entre 50,00€ e 152,03€, e se o aluguer for ao mês entre 1.771,20€ e 2.395,20€ (o que representa um valor diário entre 59,04€ e 79,84€).

Assim, relativamente ao registo de despesas no “Mapa M9: Conta – Despesas de Campanha – Comícios, espetáculos e caravanas” (cfr. fls. 52 do PA), suportadas pelas faturas “0000628319” e “0000628322”, ambas datadas de 16/10/2020, no valor de 1.840,80€ e de 613,60€, cujos descritivos contêm informação quanto ao aluguer de uma viatura por 39 dias, com a matrícula “84-QZ-61”, na ilha de “São Jorge”, e de uma viatura por 13 dias, com a matrícula “31-RM-93”, na ilha das “Flores” (cfr. fls. 131 e 132 do PA), pelo preço diário de 40,00€, tendo em consideração que os veículos alugados podem assumir as tipologias de 7 e 9 lugares, considera-se que o preço diário de aluguer de 40,00€, é enquadrável no intervalo indicativo dos valores de mercado constantes da Listagem n.º 2/2020, considerando-se, assim, sanada a irregularidade relativamente à existência de divergências quanto aos valores de mercado.

2.2.B.iii) Relativamente ao registo de despesas no “Mapa M9: Conta – Despesas de Campanha – Comícios, espetáculos e caravanas” (cfr. fls. 52 do PA), suportadas pela “FT 2020/20”, com data de 16/09/2020, no valor total de 3.200,00€ (cfr. fls. 130 do PA) do fornecedor Magic Islands, verifica-se que o valor diário pago pelo aluguer de viaturas de 7 e 9 lugares foi de 13,33€/dia. Este valor é inferior ao limite mínimo do intervalo de valores previsto para este meio de campanha, com base na Listagem n.º 2/2020, e também ao intervalo de valores que resulta dos orçamentos apresentados em sede de contraditório, descrito em B.ii). O PSD alega, com base na pesquisa de mercado efetuada, que esta despesa se afigura como razoável devido à paragem quase completa deste setor económico durante a pandemia COVID19. Esta situação



já se encontra, no entanto, contemplada nos orçamentos apresentados pelos outros prestadores do serviço, tendo sido considerada na apreciação efetuada supra.

Assim sendo, nesta parte, por os valores praticados pelo fornecedor Magic Islands serem substancialmente inferiores em relação aos valores constantes da Listagem n.º 2/2020 e relativamente aos demais orçamentos apresentados (juntos pela Candidatura), subsiste a irregularidade identificada no Relatório da ECFP, no sentido de que a diferença entre o valor de aquisição e o valor de referência do mercado da situação identificada (2.2.B.iii), representa uma receita em violação da previsão do n.º 1, do artigo 16.º da Lei n.º 19/2003.

2.2.B.iv) Em sede de contraditório, a Candidatura apresentou proposta comercial para prestação de serviços de distribuição de Infomail, emitida pela “CTT Contacto, S.A.”, com data de 26/03/2021 (cfr. fls. 214 a 221, do PA), a qual apresenta para a distribuição de infomails nas eleições autárquicas de 2021 (até 100 grs.) nas Regiões Autónomas, o valor de 21,00€ por milheiro.

No exercício do seu direito de resposta, o PSD alegou que o fornecedor “CTT Contacto, S.A.” detém o monopólio desta prestação de serviços na generalidade das ilhas dos Açores, com exceção da ilha de São Miguel, e que a candidatura do PSD estava sujeita aos valores praticados por este fornecedor, assim como a generalidade das candidaturas nos Açores, e que os preços identificados correspondem aos valores públicos para a distribuição de infomail e/ou correio direto, utilizado por todos os partidos nos Açores.

Tendo em consideração a natureza dos serviços - infomails pelos CTT Contacto S.A - e o facto destes serviços terem sido utilizados pelas várias candidaturas para a eleição em causa, situando-se alguns dos preços praticados pela referida empresa (CTT Contacto) abaixo do limite mínimo da Listagem n.º 2/2020 para todas as candidaturas que utilizaram este serviço, de forma consistente e generalizada, como se pode constatar da documentação relativa a infomails junta pelas candidaturas (cfr fls. 193 a 198 do presente PA, cfr fls. 103 e 104 do PA 3/ALRAA/20/2020, cfr. fls. 171 a 172 do PA n.º 07/ALRAA/20/2020; fls. 168 a 171, do PA n.º 02/ALRAA/20/2020), considera-se ilidida a presunção decorrente dos valores constantes daquela Listagem, ficando demonstrado que as despesas em apreço se encontraram enquadradas pelos valores de



mercado daqueles serviços, naquela data. Assim, nesta parte, considera-se sanada a irregularidade identificada em sede de Relatório.

3. Decisão

Atentos os elementos recolhidos e analisados em sede de auditoria, a sua sistematização no âmbito do Relatório efetuado, os esclarecimentos ulteriores prestados pelo **PSD** e a sua análise supra, verifica-se que se está perante uma situação de contas prestadas com irregularidades (artigo 43.º, n.º 1, da Lei Orgânica 2/2005):

- a) Verifica-se um incumprimento proveniente de despesas cujos valores são divergentes dos valores de mercado (ver ponto 2.2.B.i) e 2.2.B.iii)).

Notifique-se, nos termos do n.º 3 do artigo 43.º da Lei Orgânica 2/2005.

Extraia-se certidão para os efeitos previstos no artigo 44.º da Lei Orgânica 2/2005.

Lisboa, 16 de janeiro de 2025

Entidade das Contas e Financiamentos Políticos

Carla Cardador
(Presidente)

Mafalda Bettencourt
(Vogal)

João Pires
(Vogal, ROC)